

Embates e debates: As cotas universitárias sob a ótica da mídia brasileira

Clashes and debates: University quotas from the perspective of the Brazilian media

Elisa Fabris de Oliveira

Doutoranda e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela mesma instituição. É professora da Faculdade Municipal de Linhares -Faceli; membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Intervenção com Crianças, Adolescentes e Famílias (Necriad/Ufes); e do laboratório Cultura, Representação e Imagem em Estudo (Crie/ Faceli). E-mail: elisa.fbrs@gmail.com.

Edinete Maria Rosa

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pela Universidade da Carolina do Norte (EUA). Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufes. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Intervenção com Crianças, Adolescentes e Famílias (Necriad/Ufes). E-mail: edineter@gmail.com.

Mariana Bonomo

Doutora e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, com período de estágio doutoral na Università di Bologna/Italia. Atua como Docente permanente do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, onde orienta estudantes em Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado na linha de processos psicossociais. É Membro do GT da ANPEPP Memória, Identidade e Representações Sociais, Membro da Rede Latinoamericana de Psicologia Rural, Pesquisadora da Rede de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (RedePSO) da UFES e Professora colaboradora da Università di Bologna/Italia. E-mail: marianadalbo@gmail.com

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma a mídia brasileira, por meio de diversos veículos e de diferentes posições editoriais, atuou no debate sobre as cotas universitárias no Brasil. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura, buscando trabalhos publicados na última década dedicados ao assunto. O levantamento bibliográfico retornou pesquisas que analisaram notícias dos seguintes veículos: Carta Capital; Correio do Povo; Folha de S. Paulo; O Dia; O Estado de São Paulo; O Globo; Veja; Zero Hora; e a página online do coletivo Balanta. Como resultado, verificou-se que a mídia atuou ativamente no debate sobre as cotas de forma engajada e opinativa. O tipo de mídia interferiu diretamente na posição editorial assumida por cada veículo. Enquanto a mídia tradicional preocupou-se em desmerecer e criticar a ação afirmativa, a mídia tida como alternativa mobilizou-se em prol da política e em defesa das ações de redução da desigualdade social no país.

Palavras-Chave

Cotas Universitárias; Ações Afirmativas; Mídia; Imprensa.

Abstract

This article aimed to analyze how the Brazilian media, through different media and different editorial positions, acted in the debate about university quotas in Brazil. For this, a literature review was carried out, looking for works published in the last decade dedicated to the subject. The bibliographic survey returned studies that analyzed the following publications: Carta Capital; People's Mail; Folha de S. Paulo; The day; The state of Sao Paulo; The globe; Look; Zero hour; and the Balanta collective online page. As a result, it was found that the media actively participated in the debate on quotas in an

engaged and opinionated manner. The type of media directly interfered in the editorial position assumed by each publication. While the traditional media was concerned with disparaging and criticizing affirmative action, the media considered as “alternative” mobilized in favor of politics and in defense of actions to reduce social inequality in the country.

Keywords

University quotas; Affirmative actions; Media; Press.

Introdução

O presente estudo dedica-se a analisar o papel desempenhado pela mídia nas discussões sobre as cotas universitárias no Brasil. Sendo uma política de grande impacto social, por promover a discriminação positiva, as cotas geraram enormes mobilizações contra e a favor da medida, tendo os veículos de comunicação de massa como importantes mediadores desse debate.

A temática das cotas universitárias ganha destaque no cenário brasileiro em meados dos anos 2000. O contexto internacional de mobilização em prol da redução da desigualdade social (COBOS; CRUZ, 2016), aliado ao engajamento social e ao cenário político nacional (GUIMARÃES; SILVA, 2020; CORBUCCI, 2016) constituíram-se como os pilares fundamentais para a emergência dessa realidade. As ações afirmativas devem ser entendidas como medidas políticas e, por isso, encontram-se fortemente alinhadas com as ideologias e os interesses dos governantes de cada momento, que ora buscam promovê-las, valorizá-las ou limitá-las.

Entendendo esse contexto, e a fim de alcançar o objetivo da pesquisa de forma contextualizada e interligada à realidade social do país, propõem-se, inicialmente, uma reflexão sobre o contexto político brasileiro nas duas últimas décadas, salientando a repercussão das cotas universitárias nesses diferentes momentos históricos.

1. Contexto político e as cotas no Brasil

Nas duas últimas décadas, o Brasil experienciou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), um grupo historicamente de esquerda, que, pela primeira vez, assumiu a presidência da república, e que se manteve no poder por aproximadamente treze anos, com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O último mandato, já com a presidente Dilma, foi interrompido por um *impeachment* que gerou grande disputa entre os grupos sociais, sendo ativamente defendido por muitos deles (que se fizeram presentes em manifestações de rua) e fortemente atacado por outros (que identificaram no processo um golpe à democracia). Como consequência, a presidência foi assumida pelo então vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, em seguida, elegeu-se Jair Messias Bolsonaro, atualmente sem partido político, e declaradamente de viés conservador.

No final do governo Dilma e nos governos seguintes, a crise econômica e o desemprego despontaram, e diversas reformas foram propostas e até realizadas em diferentes esferas, tais como na previdência social, na lei trabalhista e na educação básica (PRATES; FRITZ; PAULA, 2019; MELO; SOUZA, 2017). Além das questões econômicas e sociais, o período em questão foi marcado fortemente por denúncias e investigações de corrupção, bem como por acordos políticos explícitos. Assim, pode-se dizer que o país vive um momento de grande instabilidade e de transição, uma vez que nos governos anteriores predominaram

políticas voltadas para o âmbito social, e, atualmente, impera a política de viés econômico e de ações socialmente conservadoras (PINHEIRO; SOARES, 2020). Nesse cenário, tem sido inevitável, principalmente no âmbito acadêmico, não fazer questionamentos sobre as políticas realizadas até então, as fortes mudanças pelas quais o país passou e os caminhos que deveriam ser adotados a partir de agora, de modo a manter os avanços acumulados e superar os desafios que se apresentam, como no caso das cotas universitárias.

A reserva de vagas em universidades públicas começou por volta dos anos 2000, mas foi em 2012 que se tornou efetivamente uma lei federal – Lei número 12.711/2012. Sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a Lei das Cotas determinou que, até 2016, todas as universidades federais deveriam reservar 50% de suas vagas na graduação, para alunos oriundos de escolas públicas e para negros, pardos e indígenas. Em 2016, projetos para as pós-graduações também passaram a ser discutidos e implementados (Portaria normativa número 13 de 11 de maio de 2016), e no mesmo ano, durante o governo Michel Temer, a legislação também passou a abarcar reserva de vagas para pessoas com deficiência, com a publicação da Lei 13.409.

De acordo com Pinheiro e Soares (2020), no governo atual, para além das declarações polêmicas, negacionistas e até racistas de Jair Bolsonaro, a temática das cotas sobressaiu-se em dois momentos específicos. O evento de maior destaque foi ocasionado pela revogação da portaria 13 de 2016, pelo então ministro da educação Abraham Weintraub - dias que antecederam sua saída do cargo -, por meio da portaria de número 545, em 16 de junho de 2020. Nessa ocasião, as determinações e orientações federais para a inclusão das cotas na pós-graduação foram suspensas. Em meio a essa e outras ações controversas por parte do ministro e a muita polêmica em relação a sua permanência no cargo, o assunto ganhou a esfera pública e gerou grande repercussão midiática. Como consequência, principalmente em virtude das pressões sociais, dias depois, o governo voltou atrás, mantendo a portaria de número 13 (2016) e tornando sem efeito a decisão de Weintraub (Portaria MEC número 559 de 22 de junho de 2020).

O outro fato relacionado às cotas durante o governo Bolsonaro, como ressaltam Pinheiro e Soares (2020), refere-se ao projeto de lei número 1531, de 2019, que visa alterar a Lei das Cotas, retirando o critério de cotas raciais, destinado a negros, pardo e indígenas. O projeto foi proposto pela deputada Professora Dayane Pimentel, do partido PSL, o mesmo pelo qual o presidente se elegeu. Atualmente, a proposta segue “aguardando designação de relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)”.

As cotas universitárias são entendidas como uma das diversas formas de buscar reparação da desigualdade social por meio da chamada ação afirmativa. Esse tipo de ação, também conhecido como discriminação positiva, tem como propósito oferecer, aos grupos de minoria, um tratamento diferente que os possibilite superar as desvantagens sociais e competir com mais igualdade pelas oportunidades da vida cotidiana (CASTRO; RANGEL; CASTRO et al., 2017; CORBUCCI, 2016). Gomes (2003) ainda reforça que as políticas afirmativas têm como objetivo não apenas coibir a discriminação que se manifesta no presente, mas, sobretudo, eliminar os efeitos psicológicos, culturais e comportamentais da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar.

No cenário brasileiro, as cotas universitárias emergem a partir de forte pressão social advinda, especialmente, da comunidade negra e de outros grupos de minorias (GUIMARÃES; SILVA, 2020; SALVADOR; PAIVA; NEVE, 2017), ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (DAFLON; FERES, 2012). Mas antes de se tornar uma lei de âmbito federal, as cotas começam sendo promovidas por algumas universidades pioneiras, que passam a adotá-la, especialmente na graduação, de maneiras distintas, orientadas por sua autonomia autárquica. Nesse processo, destacam-se universidades como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Universidade de

Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (Santos, 2014).

As cotas universitárias, em virtude do caráter identitário e da sua capacidade de interferir diretamente no *status quo*, abalando a hegemonia de determinados grupos em detrimento de outros, desde o início, geraram grandes discussões e repercussões na esfera pública. Sabe-se que a mídia atuou ativamente nesse debate, promovendo a disseminação de argumentações e colocando a temática em pauta no contexto social (POSSENTI; BITAR, 2014). Contudo, questiona-se: Como se deu esse debate e essa cobertura midiática? Quais foram os argumentos que protagonizaram as discussões? Houve unanimidade na tomada de posição editorial entre os diferentes veículos nacionais e regionais? A presente investigação propôs-se a discutir essas questões, por meio de análise bibliográfica sobre artigos científicos publicados na última década, acerca de análises midiáticas sobre a temática das cotas universitárias.

2. A cobertura midiática brasileira sobre as cotas universitárias ao longo dos anos

Os estudos midiáticos são capazes de auxiliar na compreensão dos fenômenos sociais, especialmente quando se trata de conhecimentos compartilhados e de senso comum. Compreendendo que na sociedade contemporânea o protagonismo da mídia é indiscutível, assumi-la como um objeto de estudo permite não só reconhecer a dinâmica da manutenção de representações sociais, como também a sua criação, disseminação e os argumentos que as justificam. Em virtude disso e da polêmica que envolve a temática do sistema de cotas, nos últimos anos, tem sido cada vez mais frequente pesquisas que combinam o estudo de ações afirmativas por meio da análise de veículos de comunicação de massa.

A revisão de literatura identificou estudos sobre os seguintes veículos de informação: revista *Veja* (SUTTANA; LUTZ, 2017; POSSENTI; BITTAR, 2014; DAFLON; FERES, 2018); os jornais *O Globo* (MARTINS, 2018; LEIBÃO, 2017), *Folha de S. Paulo* (FERREIRA, 2019; MARTINS, 2018; POSSENTI; BITTAR, 2014), *O Estado de São Paulo* (POSSENTI; BITTAR, 2014), *O Dia* (MARTINS, 2018), *Correio do Povo* (SILVA; CAMPOS, 2019), *Zero Hora* (SILVA; CAMPOS, 2019), *Carta Capital* (Oliveira, 2019); e um único estudo dedicado à mídia online (SILVA; CAMPOS, 2019).

O estudo de Martins (2018) teve como objeto investigar as ações afirmativas retratadas nas publicações opinativas, no ano de 2008, dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Dia*. Como resultado, a autora verificou que, para além das diferenças históricas e editoriais dos três veículos, foi comum entre eles o dissenso no que se referem às cotas universitárias. De modo geral, as análises demonstraram um discurso comum e hegemônico de negação às cotas raciais, mas “de certa tolerância, no caso de inevitabilidade, às cotas sociais” (MARTINS, 2018). Além disso, foi verificada baixa frequência (silenciamento) e descontextualização (verossimilhança) no trato da temática, acarretando considerável distanciamento entre o que era publicado com a efetiva realidade dos negros no Brasil. Identificou-se, ainda, certa agressividade na linguagem utilizada no jornal *O Globo*; e, nos três veículos, uma aproximação ao jornalismo de opinião, que, na visão da autora, se distancia do trabalho ético, contextualizado e de caráter social.

O estudo de Ferreira (2019), dedicado exclusivamente ao jornal *Folha de S. Paulo*, confirmou a posição do veículo contra às ações afirmativas, e em especial às ações afirmativas raciais. De acordo com a autora, tal posicionamento se fez presente tanto em textos editoriais, quanto em entrevistas e demais reportagens. A conclusão a que se chegou é que para além dos espaços dedicados à manifestação explícita da opinião do jornal, como são

os textos editoriais, tal posicionamento se fez presente em espaços “jornalísticos”, aqueles que aparecem enrustidos de imparcialidade e de suposta neutralidade. Assim, o que foi verificado novamente no jornal Folha, foi uma cobertura tendenciosa, e que buscou influenciar a opinião pública de forma negativa no que se refere às ações afirmativas (FERREIRA, 2019). Embasada nas proposições teóricas de Hirschman, a pesquisa também identificou nos textos do jornal as três teses reativas/revolucionárias propostas pelo autor nas retóricas conservadoras: a tese da perversidade, quando o jornal sugere que as “[...] ações afirmativas ‘produziriam’ a divisão racial e ‘inflariam’ o racismo; a tese da futilidade, porque as políticas [...] não seriam capazes de diminuir a desigualdade racial; e a tese do risco, pois seria inaceitável o Estado empregar classificações raciais” (FERREIRA, 2019, p. 123-124).

Já a pesquisa de Leibão (2017) analisou, sob uma perspectiva histórica, os editoriais do jornal O Globo, publicados entre 2003 e 2012, que trataram sobre as cotas raciais. No estudo, mais uma vez o que se constatou foi uma evidente posição contrária do veículo à reserva de vagas. Entre os argumentos para sua posição, estiveram presentes a ideia de mérito, de mercado, de qualidade de ensino e do cotista - especialmente o cotista negro - como um aluno de baixo rendimento e de futuro trabalhador desqualificado. Além disso, o jornal estabeleceu associações com os Estados Unidos e salientou a atuação de sua Suprema Corte, demonstrando que as cotas raciais seriam nada mais que uma “pauta importada” e não compatível com a história brasileira. Nessa perspectiva, Leibão (2017) ainda afirma que O Globo sustentou seus argumentos na antiga ideia de mestiçagem do povo brasileiro – teoria essa cada vez mais vista como racista (JACCOUD, 2008) -, e que buscou desvincular qualquer relação entre desigualdade social com desigualdade de raça (LEIBÃO, 2017).

Por fim, salienta-se que tal estudo também revelou o viés ideológico presente na discussão das cotas. Em um dos textos analisados, o jornal explicitamente reconhece o possível papel que a ideologia desempenha no posicionamento das pessoas e instituições em relação às cotas universitárias. Contudo, ainda assim, ele se mostrou impermeável a essa dinâmica, colocando-se neutro e alheio a tal disputa, e apresentando a sua ideia como a única verdade, como demonstra o trecho selecionado por Leibão (2017, p. 71):

A discussão é apaixonada por estar contaminada por ideologias. Mas há um ponto central do debate que merece ser analisado com um mínimo de sensatez: a qualidade do ensino. Sem que essa questão se torne prioritária, a política de cotas não gerará apenas injustiças no ingresso ao ensino superior. Patrocinará, também, distorções graves na formação profissional de gerações de brasileiros, com defeitos ruins para o país (O Globo, 2004).

Sobre as pesquisas dedicadas à revista Veja, ressaltam-se os trabalhos realizados por Daflon e Feres (2012) e Suttana e Lutz (2017), que analisaram publicações ocorridas em períodos complementares, respectivamente, de 2001 a 2009 e de 2009 a 2012.

A pesquisa de Daflon e Feres (2012), ao analisar minuciosamente os textos de Veja que trataram sobre ações afirmativas no referido período, encontrou resultados similares aos já apresentados. Os autores verificaram que o posicionamento da revista foi majoritariamente contrário à política, e que a sua discrepância com os argumentos “neutro”, “ambivalente” e “favorável” ao longo do tempo só aumentou. No total, nos textos de “reportagens” e de “colunistas”, a supremacia da posição contrária às cotas aproximou-se dos 80% na frequência das publicações. Contudo, chama ainda a atenção que a definição da posição esteve diretamente relacionada ao conteúdo da reportagem: quando se tratava das cotas sociais a valência “neutra” chegou a 70%, enquanto quando o assunto eram as cotas raciais, o número caía drasticamente para 6% (DAFLON; FERES, 2012).

Daflon e Feres (2012) ainda identificaram o ajuste no enquadramento dedicado à temática pela revista ao longo dos anos. Em 2001, quando Fernando Henrique inicia os

debates sobre as cotas raciais e o Brasil se faz presente na *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas*, em Durban, a revista ainda parece se familiarizar com a temática, sem um direcionamento editorial preciso, apresentando posições plurais e com manifestação de múltiplos pontos de vista. Entretanto, a partir de 2003, quando as cotas se tornam realidade, o cenário muda, tanto com maior cobertura sobre as ações afirmativas, quanto por uma restrição crescente a opiniões divergentes e de perspectivas dissonantes (DAFLON; FERES, 2012). Esse mesmo direcionamento editorial, monofônico, se mantém ainda em anos posteriores, como demonstrou o estudo de Suttana e Lutz (2017) voltado para as análises das publicações de 2009 a 2012.

Os resultados de Daflon e Feres (2012) revelaram também que nas raras ocasiões em que argumentos favoráveis às ações afirmativas foram explicitados, na maior parte das vezes, eles estiveram embasados nas ideias “de justiça social, combate ao racismo e promoção da diversidade cultural” (DAFLON; FERES, 2012, p. 79). No que se refere aos argumentos contra as cotas mais frequentes, no primeiro período, estiveram “aqueles que retratam a ação afirmativa como uma violação dos princípios da igualdade e do mérito”; “aqueles que insistem na necessidade de precedência dos investimentos no ensino básico sobre outras formas de equalização de oportunidades”; e aqueles que “apostam na diminuição da qualidade do ensino superior a partir do ingresso de cotistas” (DAFLON; FERES, 2012, p. 79). Já nos anos mais recentes, a partir de meados de 2005, influenciada por um grupo restrito de acadêmicos, a revista começou a recorrer a ideia de associação da ação afirmativa “a um risco de ‘racialização’ da sociedade e ao estímulo ao conflito racial” (p. 80). Tal perspectiva seguiu nos anos posteriores e se manteve até, pelo menos, 2012, como verificaram Suttana e Lutz (2017).

A estratégia editorial de assumir somente parte do discurso acadêmico é avaliada por Daflon e Feres (2012) como um desserviço à academia e ao debate público. Tal argumento é justificado considerando que o veículo se utiliza de “porta-vozes autorizados” para simplificar e fragmentar uma rica discussão que ocorre nas universidades, apresentando apenas um lado do debate, e o colocando como representativo de toda Sociologia e Antropologia. De forma complementar, a pesquisa ainda revela o uso de expressões pejorativas e de linguagem irônica, com a intenção de desclassificar o outro lado, o “adversário”, tal como é apresentado o Movimento Negro (DAFLON; FERES, 2012).

Com resultado semelhante, Suttana e Lutz (2017) destacam alguns termos utilizados para qualificar - ou melhor, desqualificar - as ações afirmativas e que podem ser analisados nessa mesma perspectiva. São eles: “ruinosas”, “nefastas”, “injustas”, “destruidoras”, “confusa”, “infelizes”, “ruim”, “equivocadas”, “discriminatórias”, “racialistas” e “limitadas”. Além disso, os autores identificaram diversos recursos de persuasão, que buscaram sustentar os argumentos apresentados, bem como convencer o leitor (SUTTANA; LUTZ, 2017). Essa estratégia discursiva e editorial adotada pela revista, assim como a prática de misturar fato e opinião, desvinculando-se da divisão entre o jornalismo opinativo e o informativo, também foi verificada em outros estudos (DAFLON; FERES, 2012; GEISEL; RAMALHO, 2012). E como reflexo delas, Geisel e Ramalho (2012, p. 136) entendem que “*Veja manifiesta una notoria parcialidad y trata de desvalorizar todo lo que no encaja en el sistema ideológico que la revista representa*”.

A revisão de literatura realizada encontrou apenas dois estudos dedicados analisar mídias de viés mais alternativo e menos tradicional. O primeiro deles, publicado em 2019, buscou investigar publicações que assumem outro discurso, posicionando-se “do outro lado do espelho”¹. A pesquisa de Silva e Campos (2019) teve como objetivo relacionar a cobertura dos jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora* com as postagens no Facebook realizadas pelo

¹ Essa expressão foi utilizada fazendo uma alusão ao próprio título da pesquisa citada: “Os dois lados do espelho: A cobertura midiática e as publicações do coletivo negro Balanta no embate sobre as cotas na UFRGS”.

coletivo negro Balanta, no contexto das mobilizações contrárias às alterações na aferição étnico-racial das cotas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na ocasião, em 2018, estudantes acamparam na reitoria da instituição como forma de protesto a medida de possibilitar que aprovados no vestibular requeressem vagas destinadas a alunos negros, mesmo que fossem fenotipicamente brancos, caso comprovassem afrodescendência até os avôs (SILVA; CAMPOS, 2019).

Embasada nas ideias de teóricos como Muniz Sodré, Douglas Kellner e Manuel Castells, a pesquisa entende a mídia e o jornalismo como um espaço moderador, de construção de narrativas, que torna visível as representações acerca dos grupos sociais, reiterando relações de dominação e opressão. Contudo, ressalta que, no contexto atual, de grande avanço tecnológico, esse espaço vivencia a descentralização de seu poder, tanto no processo de produção quanto de circulação de informações, dividindo-o especialmente com as redes sociais. Assim, a mídia seria “[...] um *locus* de disputa discursiva sobre acontecimentos de relevância social e de tensionamento dos lugares sociais estabelecidos historicamente” (SILVA; CAMPOS, 2019, p. 129).

Ao analisar dois veículos tradicionais e um alternativo, mas que se constituiu como uma das partes envolvidas no acontecimento retratado, os pesquisadores observaram a nítida distinção editorial e de interesses; mas constataram que o Balanta, com suas comunicações no Facebook, não só pautou como atuou como fonte nas matérias publicadas nos dois jornais locais. Fazendo marcação político, ideológico e identitária, como, por exemplo, ao utilizar o termo “akilombamento”, o grupo conseguiu apontar uma estratégia política de resistência às ações afirmativas, e ainda uma estratégia comunicacional, fazendo-se inserir na mídia tradicional – que não o criminalizou-, e dando legitimidade e visibilidade ao movimento (SILVA; CAMPOS, 2019, p. 129).

O outro estudo dedicado à análise de veículos que fogem aos chamados “tradicionais”, também foi publicado em 2019, e teve como objeto de estudo as colunas e blogs da revista Carta Capital, publicadas entre 2008 e 2017. A fim de identificar de forma mais explícita o posicionamento assumido pela revista em relação a um assunto tão polêmico, segundo a autora (OLIVEIRA, 2019, p. 3), a

[...] investigação optou por se debruçar especificamente sobre os textos dos colunistas, uma vez que esse espaço dentro das revistas costuma conceder maior liberdade aos autores, já que a equipe editorial teoricamente não atua sobre ele, e, assim, possibilita que as opiniões sejam emitidas de forma mais explícita e evidente. Todavia [...] os colunistas e blogueiros são escolhidos e pagos pela revista; de modo que é sabida a compatibilidade de visões de mundo, ideológica e política entre os veículos e seus colunistas.

Embasada na Teoria das Representações Sociais, e, portanto, no conteúdo e nas consequências do conhecimento de senso comum compartilhado (MOSCOVICI, 2017), a pesquisa identificou que as discussões trazidas pelos textos estiveram, essencialmente, embasadas na temática das cotas raciais, tendo, inclusive, a palavra “negro”, como a mais frequente em todo o *corpus*.

O fator temporal também é sinalizado pela pesquisa. Observou-se que enquanto nenhum texto foi publicado entre 2008 e 2009, o maior volume de publicações concentrou-se em 2017, ou seja, quando as cotas já eram realidade (OLIVEIRA, 2019). Assim como destacado em vários outros estudos, a Carta Capital, por meio de seus colunistas, também se engajou no debate público, explicitando seu posicionamento. Contudo, contrariando a mídia tradicional, sua posição se manteve constantemente a favor das cotas universitárias. Entre os assuntos abordados pela revista e, conseqüentemente as representações sociais veiculadas por ela, estiveram presentes: a luta pela aprovação das cotas na Unicamp e na Usp; o racismo e as

disputas grupais nos espaços universitários e na sociedade; a importância da luta e da mobilização para a diminuição da desigualdade brasileira; e o importante papel das cotas nesse processo.

Considerações finais

A presente pesquisa dedicou-se a investigar a atuação da mídia brasileira no debate sobre as cotas universitárias, a partir de outros estudos dedicados ao assunto. Para isso, foram analisados artigos que abarcaram nove veículos da mídia brasileira, entre eles importantes veículos da imprensa nacional, da mídia alternativa, como a Carta Capital, e uma página de Facebook do coletivo negro Balanta.

Como resultado, salienta-se, primeiramente, o engajamento da mídia em pautar o assunto e em se posicionar em relação a ele. Os textos publicados, mesmo que de caráter jornalístico, raramente buscaram a imparcialidade. O formato opinativo foi predominante, sendo ele, na maior parte das vezes, trabalhado contra a política de reserva de vagas nas universidades. Como exceção a esse padrão, esteve a atuação da Carta Capital e da página do grupo Balanta, que assumiram a outra posição, defendendo as cotas e a mobilização em prol delas.

Alguns recortes temporais também demonstraram que a cobertura do debate não se manteve de forma homogênea ao longo dos anos, tanto no que se refere ao volume de publicações quanto à posição editorial assumida em relação à defesa ou ao ataque às cotas universitárias. Considerando que as discussões sobre as ações afirmativas já ultrapassam duas décadas, e, hoje, diversos resultados positivos advindos dela já são públicos, é notório como a posição da mídia tradicional foi sendo amenizada, passando da forte oposição em direção ao outro espectro.

Por fim, o resultado geral da análise de todos os estudos que merece especial destaque é que, definitivamente, o debate sobre as cotas envolveu a agenda pública, extrapolando os muros das universidades e chegando ao (ou se originando do) debate midiático. Sua trajetória parece ter ápices, mas o assunto ainda não se encerrou, sendo retomado de tempos em tempos, e mobilizando a população com certa recorrência. Assim, propõem-se que investigações sobre a temática sigam sendo realizadas e que a mídia esteja vigilante a dois eventos de grande importância que tendem a ocorrer em momentos próximos: a votação do projeto de lei 1.531 de 2019, que propõe o fim do critério racial das cotas; e a reavaliação da Lei das Cotas, prevista para ocorrer 10 anos após sua publicação, ou seja, em 2022.

Referências

BRASIL. Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: abril de 2021

BRASIL. Lei nº 13409, de 28 dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm Acesso em: abril de 2021.

BRASIL. Portaria normativa nº 13 de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473 Acesso em: abril de 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1531 de 2019. Altera os arts. 3º, 5º e 7º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para retirar o mecanismo de subcotas raciais para ingresso nas instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2194298> Acesso em: abril de 2021.

CASTRO, B. G. S. M. M.; RANGEL, E. M.; CASTRO, M. J. S.; Borges, L. F. C.; Amaral, S. C. S. A política de cotas como mecanismo de enfrentamento à pobreza e democratização do ensino superior: Uma análise dos efeitos da desigualdade educacional no exercício da cidadania e na justiça social brasileira. **Interdisciplinary Scientific Journal**, v.3, n.4, p.198-209, 2017.

COBOS, R. V. J.; CRUZ, R. M. M. Política de acción afirmativa, su repercusión en la Universidad Politécnica Salesiana. Caso: indígenas de Quilloac. **Revista Cubana de Educación Superior**, v. 35, n. 2, p. 139-153, 2016. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0257-43142016000200012&lng=es&nrm=iso Acesso em: maio de 2021.

CORBUCCI, P. R. Desigualdade no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In: E. R. A. Silva; R. U. Botelho (Org.), **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas** (pp. 153-176). Brasília: Ipea, 2016

DAFLON, V. T.; FERES, J. JR. Ação afirmativa na revista Veja: Estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. **Revista Compolítica**, v.2, n.2, p. 65-91, 2012. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/31> Acesso em: maio de 2021.

FERREIRA, N. T. Ações afirmativa raciais e o jornal Folha de S. Paulo. **Cad. Pesqui., São Paulo**, v. 49, n. 171, p. 110-128, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100110 Acesso em: abril de 2021.

GIESEL, C. M.; RAMALHO, F. De labradores a pistoleros: El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra em la revista Veja. **Revista Signos: Estudios de Linguística**, v. 45, n. 79, p. 132-153, 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342012000200002 Acesso em: abril de 2021.

GOMES, J. B. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Org.). **Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003, p. 15-57.

GUIMARÃES, R. S.; SILVA, L. G. (2020). A Dimensão afirmativa das ações: Movimentos sociais e afrocidadanização. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. Vitória. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33101>. Acesso em: abril de 2021

JACCOUD, L. Racismo e república: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p. 45-64.

LEIBÃO, M. de C. O Globo e as cotas raciais: Uma análise dos editoriais do jornal (2003-2012). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 11, n. 22, p. 68-82, 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/7937/4262> Acesso em abril de 2021.

MARTINS, Z. **Cotas raciais e o discurso da mídia**: Um estudo sobre a construção do dissenso. Curitiba: Appris, 2018.

MELO, A. A. S. de; SOUZA, F. D. de. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017. Disponível em:

<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619/14336> Acesso em: maio de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 545 de 16 de junho de 2020. Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-545-2020-06-18.pdf> Acesso em: abril de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 559 de 22 de junho de 2020. Torna sem efeito a Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-559-2020-06-22.pdf> Acesso em: abril de 2021

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, E. F. de (2019). Cotas universitárias nas colunas de Carta Capital: Um estudo de representação social. In: ANAIS DO XXIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. Vitória: Intercom. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0835-1.pdf> Acesso em: abril de 2020.

PINHEIRO, C. L. F.; SOARES, M. de L. A lei de cotas por um fio: O retrocesso social atual. **Revista em Pauta**, n. 45, v. 18, p. 196-210, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47228#:~:text=Eleito%20um%20governo%20de%20extrema,acabar%20com%20as%20cotas%20raciais>. Acesso em: abril de 2021.

POSSENTI, S.; BITTAR, A. L. B. Discursos sobre cotas no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 58, n. 1, p. 113-137, 2016.

PRATES, D. M.; FRITZ, B.; PAULA, L. F. de. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. **IE-UFRJ Discussion Paper**, p. 1-42, 2019. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_009_2019_PRATES_FRITZ_de%20PAULA.pdf Acesso em: abril de 2021.

SANTOS, S. P. (2014). “Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes”: As relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes – 2006-2012. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

SILVA, W. M. da.; CAMPOS, D. M. C. de. Os dois lados do espelho: A cobertura midiática e as publicações do coletivo Negro Balanta no embate sobre as cotas na UFRGS. **Revista Práxis**, v. 16, n. 1, p. 122-143, 2019. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1734> Acesso em: abril de 2021.

SUTTANA, R. N.; LUTZ, C. Ações afirmativas e imprensa no Brasil: Um estudo a partir da revista *Veja*. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 22, n. 36, p. 179-199, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7536> Acesso em março de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus (COVID-19) Dashboard, 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: maio de 2021.